José Gabriel Ávila

METER A FOICE EM CEARA ALHEIA

OPINIÃO//PÁG. 8

Arnaldo Ourique

AS PROFUNDURAS DO MAR AÇORIANO

OPINIÃO//PÁG. 11

Mário Frota

CONSUMIDORES IDOSOS E HIPERVULNERABILIDADE

OPINIÃO//PÁG. 13

0,90 € Fundado em 1870 por M. A. Tavares de Resende
Director Paulo Hugo Viveiros | Director Executivo Osvaldo Cabral
Sábado, 7 de Setembro de 2024 | Ano 155 | N.º 43.474

Diário dos Açores

Ano 155º

O quotidiano mais antigo dos Açores

Até 2050

NEUTRALIDADE CARBÓNICA DOS AÇORES TERÁ UM CUSTO DE 1.779 MILHÕES DE EUROS

REGIONAL//PÁG. 2

>> *Em 2020, os Açores produziram 1,72 Mt CO2 de Gases com Efeito de Estufa, sendo o setor da energia responsável por 49,2% das emissões totais*

>> *Para se atinguir a neutralidade carbónica, o setor dos transportes aéreos é aquele que necessita de investimentos globais mais elevados, seguido dos setores dos transportes marítimos e da produção de eletricidade*

GNR apreendeu máquinas de jogo ilegais e vestuários contrafeitos em S. Miguel

REGIONAL//PÁG. 5

Ordem dos Enfermeiros desenvolve processos de “Acreditação da Idoneidade Formativa” nos Açores

REGIONAL//PÁG. 3

Eurodeputado Franqueira Rodrigues

“Comissão Europeia deveria ter em conta as necessidades específicas das RUP na renovação da frota pesqueira”

REGIONAL//PÁG. 4

Novo sistema de incentivos à Transição Digital das Empresas com 20 milhões de euros, anuncia Duarte Freitas

REGIONAL//PÁG. 5

Governo vai investir 2 milhões de euros para reabilitar 57 moradias

REGIONAL//PÁG. 4

UE dispõe de programas financeiros de apoio à transição para uma economia neutra em carbono

Implementação de medidas para os Açores atingirem a neutralidade carbónica em 2050 terá um custo estimado de 1.779 milhões de euros

Em 2020, os Açores produziram 1,72 Mt CO2 de Gases com Efeito de Estufa, sendo o setor da Energia responsável por 49,2% das emissões totais, onde as indústrias energéticas e os transportes foram responsáveis pela maior fatia destas emissões.
O setor dos transportes aéreos é aquele que apresenta valores de investimentos globais mais elevados, seguido dos setores dos transportes marítimos e da produção de eletricidade

A Região Austónoma dos Açores tem vindo a abordar as alterações climáticas, adotando diversos documentos estratégicos como o Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), adotado em 2019, que consubstancia e operacionaliza a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas de 2011.

Actualmente, encontra-se em discussão pública o relatório e sumário executivo do RNCA - Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores - 2050, que faz uma caracterização geral do quadro actual da Região Autónoma dos Açores em relação à emissão de Gases com Efeito de Estufa e traça cenários possíveis para que nos próximos anos se implementem medidas de neutralidade carbónica nos Açores, apontando também algumas fontes de financiamento necessário através de programas da União Europeio dedicados à transição para uma economia neutra em carbono.

De acordo com o Inventário Regional de Emissões por Fontes e Remoções por Sumidouros de Poluentes Atmosféricos - Emissões de Gases com Efeito de Estufa na Região Autónoma dos Açores de 2022, que se refere ao ano de 2020, as emissões totais de gases com efeito de estufa (GEE) nos Açores nesse ano foram de 1,72 Mt CO2e. As emissões líquidas foram de 1,70 Mt CO2e, uma vez que a capacidade de sequestro do setor do Uso do Solo e Floresta foi de cerca de 0,016 Mt CO2e.

Em 2020, o setor da Energia representou 49,2% das emissões totais de GEE, onde as indústrias energéticas e os transportes foram responsáveis pela maior fatia destas emissões.

O setor da Agricultura é o segundo mais relevante do ponto de vista global, tendo sido responsável por 41,7% das emissões de GEE em 2020.

O setor dos Resíduos e Águas Residuais foi responsável por 6,7% das emissões totais de GEE da Região Autónoma dos Açores em 2020.

O setor dos Processos Industriais e Uso de Produtos apresenta muito pouca relevância no panorama global de emissões da RAA, dado que apenas é responsável por 0,05% das emissões de GEE.

Investimento estimado para a transição para a neutralidade carbónica

De acordo com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores , é necessário alterar o paradigma de funcionamento de diversos setores económicos, adotando opções de descarbonização que contribuam para a redução das emissões ou para a potenciação da capacidade de sumidouro da Região Autónoma dos Açores.

Contudo, a implementação destas medidas tem benefícios e custos associados que devem ser considerados aquando da análise da viabilidade destas soluções. Ainda que o saldo final resulte em proveitos económicos, para estes serem atingidos, há que investir na transição energética e ecológica dos vários setores.

Ao direcionar recursos financeiros para fontes de energia limpa e tecnologias sustentáveis nos setores do transporte, resíduos e Agricultura Florestas e Uso do Solo, reduzem-se significativamente as emissões de gases com efeito de estufa, além de se promover a inovação, criar empregos verdes e, consequentemente, fortalecer a resiliência económica.

Da análise dos custos de implementação das opções de descarbonização que conduzem à neutralidade carbónica na Região Autónoma dos Açores , concluiu-se que o volume de investimento necessário para este efeito ronda 1.779 Milhões de euros, entre 2025 e 2050.

O setor dos transportes aéreos é aquele que apresenta valores de investimentos globais mais elevados, seguido dos setores dos transportes marítimos e da produção de eletricidade, principalmente devido ao preço das tecnologias que permitem efetuar a mudança desejada.

Poupança global com a transição para a economia neutra em carbono

A poupança global, é um fator de relevo, quando se avalia a eficácia das medidas de mitigação propostas para alcançar a neutralidade carbónica. Embora haja custos associados ao investimento e à operação e manutenção de novas tecnologias, os benefícios resultantes podem superá-los, levando a uma avaliação custo-eficácia global positiva. Tal acontece de forma muito evidenciada no cenário da neutralidade carbónica em setores que utilizam energia e que, por esta se tornar menos dispendiosa e os equipamentos virem a ser mais eficientes, apresenta resultados de poupança global de custos.

Conclui-se que, no seu global, as medidas de mitigação propostas, se aplicadas em conjunto, são eficazes em termos económicos, apresentando uma poupança global estimada de 489 Milhões de Euros, ou uma poupança específica de 22,53 euros/tCO2e.

Plano de financiamento

O financiamento para a transição para uma sociedade neutra em carbono é um fator crucial para que o objetivo da neutralidade carbónica na Região Autónoma dos Açores, em 2050, seja possível de concretizar.

Para tal é preciso assegurar que a política climática regional é financiada de forma sustentável, robusta, equitativa e eficiente em linha com os objetivos regionais e com um dos objetivos específicos do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores: "valorizar as pessoas e o território promovendo a economia da Região no contexto da resiliência, neutralidade carbónica, economia circular e transição justa".

A transição para um modelo de economia de baixo carbono implica um investimento na modernização e eficiência dos vários setores económicos existentes nos Açores, investimento este que, provirá de programas de financiamento europeu, nacional e regional destinados à transição climática, bem como de produtos financeiros disponibilizados pelo setor financeiro privado.

No âmbito da política da União Europeia (UE) para a transição para uma economia neutra em carbono até 2050, foi desenvolvido um quadro para o seu financiamento sustentável, com o intuito de serem criados pelo setor financeiro privado instrumentos para suportar esta transição.

Por outro lado, os incentivos fiscais têm sido usados em particular no setor dos transportes, e na Região Autónoma dos Açores, está a ser levado a cabo um projeto que visa avaliar a criação de instrumentos fiscais que contribuam para a neutralidade carbónica.

Os incentivos fiscais podem, portanto, ser um instrumento importante para apoiar a transição para a neutralidade carbónica.

Posto isto, no caso do setor da energia, uma das medidas complementares identificadas é a criação de incentivos financeiros para apoiar a eletrificação, e no setor da Agricultura Florestas e Uso do Solo está também prevista a introdução de incentivos para atenuar as perdas de rendimento dos agricultores.

Fontes de financiamento

A UE disponibiliza financiamento para projetos e programas sob diferentes formas, como sendo: subsídios, empréstimos, garantias e capital próprio, empréstimos a Estados-Membros da UE e prémios para os vencedores dos concursos Horizonte Europa.

Neste seguimento, para viabilizar as metas de neutralidade carbónica da UE preconizadas no Pacto Ecológico Europeu e na Lei Europeia do Clima, a UE disponibiliza vários programas de financiamento para os Estados-Membro relacionados com a descarbonização e transição energética.

As Regiões Ultraperiféricas da UE, nas quais se inclui os Açores, dispõem ainda de oportunidade de acesso a programas de financiamento únicos e com condições específicas.

A nível regional, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) Açores, referente ao período 2023-2027, integra medidas de apoio para se alcançarem os objetivos específicos da UE para a Política Agrícola Comum. O 2.º pilar do PEPAC, no eixo E - Desenvolvimento rural definido para a Região Autónoma dos Açores, carateriza-se por ter 16 intervenções, nos quais se inserem intervenções referentes à floresta (E8 - Investimento Florestal; E11 - Medidas silvoambientais e climáticas; E13 - Compensação em áreas Florestais Natura 2000).

Ordem dos Enfermeiros desenvolve processos de Acreditação da Idoneidade Formativa nos Açores

A Secção Regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros (SRRAAOE), promoveu ontem uma reunião sobre o processo de Acreditação da Idoneidade Formativa dos Contextos de Prática Clínica nos Açores.

A Idoneidade Formativa identifica os contextos clínicos que possuem um ambiente favorável ao desenvolvimento de processos formativos em Enfermagem, organizados pela Ordem dos Enfermeiros.

A reunião foi dinamizada pelos Enfermeiros Pedro Soares e Tiago Luz Almeida, respectivamente Presidentes do Conselho Directivo e do Conselho de Enfermagem Regional da SRRAAOE, contando com a participação de outros elementos da equipa regional.

Na reunião participaram também elementos da Estrutura de Idoneidades da Ordem a nível nacional, bem como o Vice-Presidente da Ordem dos Enfermeiros.

Estiveram igualmente presentes elementos de diversas instituições da região que participam nos respectivos processos de acreditação, nomeadamente do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, Hospital do Divino Espírito Santo, Hospital da Horta, Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, Unidade de Saúde da Ilha Terceira e Unidade de Saúde da Ilha do Faial.

No âmbito desta reunião, o Presidente da SRRAAOE referiu que "estamos a desenvolver nos Açores um processo que assegura que os nossos futuros enfermeiros recebem formação de alta qualidade em ambientes que promovem a excelência e a segurança nos cuidados de saúde. A acreditação que faremos permite acesso preferencial a formação de qualidade e, para além disso, fomenta a inovação e o desenvolvimento profissional, garantindo que os nossos enfermeiros estejam sempre na vanguarda das melhores práticas."

Pedro Soares explicou, ainda, que "ao assegurar que a formação prática dos nossos enfermeiros ocorre em contextos acreditados, estamos a garantir que os nossos profissionais estão bem preparados para enfrentar os desafios do dia-a-dia, proporcionando cuidados de excelência aos nossos cidadãos. Estamos comprometidos em trabalhar em estreita colaboração com as instituições de saúde regionais para alcançar estes objectivos. Este é, sem dúvida, mais um passo em prol da excelência de uma Enfermagem de futuro que estamos a construir nos Açores".

Candidaturas ao ESTAGIAR L e T na Administração Pública de 9 a 30 de Setembro

O período de candidaturas a estágios no âmbito do ESTAGIAR L e T na Administração Pública Central, Regional e Local decorre de 9 a 30 de Setembro, informa a Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego, através da Direcção Regional de Qualificação Profissional e Emprego.

As candidaturas, quer para os jovens, quer para as entidades promotoras do estágio devem ser submetidas em empregojovem.azores.gov.pt.

Os estágios iniciam-se a 1 de Novembro de 2024.

Na Administração Pública Central e Local, a selecção dos candidatos compete única e exclusivamente à entidade promotora do projecto, dentro dos limites legais de recrutamento, devendo a entidade proceder à admissão do jovem até 30 de Setembro, inclusive.

Na Administração Pública Regional, a admissão de estagiários está sujeita a critérios de selecção, valoração e fórmula de avaliação final, conforme Despacho publicado em Jornal Oficial, devendo os estagiários ser admitidos até 25 de Outubro.

Podem candidatar-se ao ESTAGIAR L jovens recém-diplomados no Ensino Superior, nível VI, VII ou VIII do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e ao ESTAGIAR T jovens recém-diplomados em cursos de qualificação profissional, nível IV ou V do QNQ.

Aos estagiários do ESTAGIAR L é atribuída uma compensação pecuniária mensal no valor da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) na Região, majorado em 25%, enquanto aos estagiários do ESTAGIAR T é atribuída uma compensação pecuniária mensal no valor da RMMG na Região, majorado em 5%.

Os estágios têm a duração de 12 meses, incluindo um mês de descanso a gozar durante o 12.º mês de estágio, podendo ser prorrogados por mais três meses.

André Franqueira Rodrigues apela à Comissão Europeia...

"Para uma melhor compreensão das necessidades específicas das RUP quanto à renovação da frota para umas pescas mais sustentáveis"

André Franqueira Rodrigues destacou a importância das novas directrizes da Comissão Europeia para o sector das pescas nas Regiões Ultraperiféricas (RUP), direccionadas em particular à frota com menos de 12 metros.

O eurodeputado, eleito pelos Açores, intervinha na Comissão de Pescas do Parlamento Europeu a propósito da Comunicação da Comissão Europeia sobre as "Orientações para a análise do equilíbrio entre a capacidade e as possibilidades de pesca para segmentos da frota constituídos por navios de comprimento inferior a 12 metros nas regiões ultraperiféricas" (COM(2024) 223).

André Franqueira Rodrigues apelou à Comissão Europeia para "uma melhor compreensão para necessidades específicas que as RUP têm quanto, por exemplo, à renovação da frota, o apoio à motorização, e a salvaguarda das condições de trabalho e segurança dos homens do mar", pedindo ainda que "esses apoios sejam considerados de forma célere".

O eurodeputado socialista pediu ainda que a "Comissão reforce o diálogo com as entidades nacionais e regionais, bem como com os representantes do sector, a fim de garantir que as novas directrizes sejam claras e aplicáveis, sem sobrecarregar administrativamente um sector já vulnerável."

"Esperamos que as novas medidas não resultem num aumento da carga burocrática para um sector onde os rendimentos são já muito reduzidos", defendeu André Franqueira Rodrigues, destacando a importância de uma abordagem equilibrada que considere as realidades locais e regionais das Regiões Ultraperiféricas e salientando que "os pescadores das RUP praticam uma pesca claramente sustentável e não devem ser sobrecarregados com práticas e critérios que não correspondem à realidade onde se inserem."

Nesse contexto, sublinhou o reconhecimento, por parte da Comissão, das especificidades do sector das pescas nas RUP, nomeadamente a pequena dimensão da frota, o carácter artesanal da pesca, os recursos limitados para monitorização das capturas e a vulnerabilidade económica do sector, factores que são ainda agravados pela exposição a condições atmosféricas adversas, que frequentemente limitam a actividade.

O deputado açoriano, que é também o Coordenador dos Socialistas Europeus na Comissão das Pescas, saudou a determinação da Comissão em adaptar as medidas de análise do equilíbrio ambiental e biológico entre a acção da frota nas RUP e as capturas.

"A adaptação de medidas específicas para estas regiões é um passo positivo", afirmou, acrescentado, "todavia, temos ainda preocupações sobre a necessidade e a justificação de alguns dos critérios apresentados, especialmente em relação à sua viabilidade de implementação e a sobrecarga burocrática que possam causar."

Abertos concursos públicos para a reabilitação de 57 moradias num investimento global de dois milhões de euros

A Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego, através da Direcção Regional da Habitação, lançou três concursos públicos para execução das empreitadas de reabilitação de 57 moradias, num investimento global superior a dois milhões de euros, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Em causa, conforme publicações em Jornal Oficial, está a reabilitação de 48 imóveis na ilha de São Miguel, Ponta Delgada e Vila Franca do Campo, e de nove imóveis na ilha do Pico, Madalena e das Lajes do Pico, integrados no parque habitacional público da Região.

A empreitada de reabilitação de 18 moradias no loteamento da Covoada, na freguesia de Covoada, e de sete imóveis na canada das Maricas, na freguesia de São Roque, no concelho de Ponta Delgada, foi lançada com um preço base de 795 mil euros e um prazo de execução de 300 dias.

Já a empreitada de reabilitação de cinco imóveis na freguesia de São Pedro e de 18 imóveis na freguesia de Vila Franca do Campo, no concelho de Vila Franca do Campo, foi lançada com um preço base de 815 mil euros para um prazo de execução de 300 dias.

No caso da ilha do Pico, em causa está a reabilitação de quatro imóveis no concelho das Lajes do Pico (Lote 1) e de cinco imóveis no concelho da Madalena (Lote 2), com um peço base de 409 mil euros e um prazo de execução de 180 e 210 dias, respectivamente.

Entre os trabalhos a desenvolver no âmbito da execução das três empreitadas agora lançadas a concurso está a reabilitação e melhoria da eficiência energética, incluindo demolições, revestimentos, coberturas, caixilharias, carpintarias, cozinhas, instalações sanitárias, sistemas de aquecimento de águas (AQS), pinturas, isolamentos, entre outros.

Novo sistema de incentivos à Transição Digital das Empresas com 20 milhões de euros, anuncia Duarte Freitas

O Governo dos Açores, através do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, anunciou a abertura oficial dos avisos do Sistema de Incentivos à Transição Digital, financiado pela componente 16 do PRR-Açores.

Este sistema de incentivos representa um marco importante para a modernização do tecido empresarial açoriano.

Com um montante global de cerca de 20 milhões de euros, o Sistema de Incentivos à Transição Digital das Empresas dos Açores visa apoiar as empresas na adopção e integração de tecnologias digitais, promovendo aumentos de competitividade, produtividade e inovação. Este programa está estruturado em três linhas de acção principais:

1 - Upgrade Digital Empresarial – Foco na automatização, inovação e cibersegurança, com apoios até 50 mil euros, dirigidos especialmente a micro e pequenas empresas, com uma taxa de financiamento até 70%;

2 - Empresarial Innovate – Apoio à contratação de consultoria especializada para acelerar processos de negócio e fortalecer a cibersegurança, com apoios até 30 mil euros e taxa de financiamento também até 70%;

3 - Accelerate Azores Brand – Promoção de eventos que facilitem a partilha de soluções tecnológicas, potenciando sinergias entre empresas regionais e internacionais, com apoios que variam entre 2.500 e 25.000 euros.

"A transição digital é crucial para garantir que as nossas empresas competem num mercado cada vez mais global e digital", sublinha Duarte Freitas.

Através destes apoios, o Governo Regional "pretende dotar as empresas açorianas das ferramentas tecnológicas que lhes permitam crescer, inovar e criar mais valor para a economia regional", prosseguiu o governante.

As candidaturas para estes incentivos estão abertas a partir de hoje, 6 de Setembro, e decorrem até ao esgotamento da dotação orçamental, ou até 30 de Dezembro de 2024, com a possibilidade de financiamento inicial de 40%.

O processo será avaliado em quatro fases, com as datas-limite de 30 de Setembro, 31 de Outubro, 29 de Novembro e 30 de Dezembro de 2024.

O Secretário Regional encorajou todas as empresas a aproveitarem esta oportunidade de transformação digital: "este é um passo fundamental para assegurar que as nossas empresas estejam preparadas para os desafios futuros e possam tirar partido das oportunidades oferecidas pela digitalização", disse.

Câmara assinala final do Verão com perto de 500 crianças da rede municipal

A Câmara de Ponta Delgada assinalou a chegada ao final do Verão com uma festa no Parque Urbano que reuniu perto de 500 crianças da rede municipal ATL e onde todas puderam ter acesso a um conjunto vasto de actividades pedagógicas e lúdicas.

Presente na ocasião, a Vereadora com o pelouro da Acção Social, Cristina Canto Tavares, congratulou-se com "os sorrisos" e "a alegria" estampada nos rostos das crianças e não evitou destacar a importância da rede municipal da ATL, lembrando que já beneficia 1200 crianças no concelho.

"Os nossos ATL abrangem cerca de 1200 crianças e não interrompem a sua actividade durante todo o ano e em todas as suas valências. Além de um importante estímulo para as crianças, estes ateliers significam um apoio fundamental para as famílias do município, em especial, para os encarregados de educação que trabalham", realçou a autarca.

Cristina Canto Tavares salientou que, nos últimos três anos, a autarquia reforçou o seu investimento na rede de ATL, aumentando em 15% o número de vagas e procedendo à contratação de 14 novos animadores sócio-culturais.

Sem deixar de recordar que, ainda em Maio último, a autarquia inaugurou uma nova valência no Lugar da Várzea, nos Ginetes, a tónica do discurso da Vereadora acabou por recair sobre o papel fundamental dos animadores e técnicos que acompanham as crianças da rede.

"Com o ano lectivo a começar na próxima semana, quero enaltecer toda a vossa dedicação, carinho e profissionalismo para com estes meninos e meninas. São parte integrante do sucesso que aqui vemos, que não vos restem dúvidas", vincou.

Cristina Canto Tavares aproveitou também a presença de alguns pais e encarregados de educação para agradecer "a confiança depositada" no corpo de profissionais da rede de ATL e dar garantias de mais um ano de "entusiasmo, intensa actividade e de muita aprendizagem" nos ateliers municipais.

As cerca de 500 crianças que ontem estiveram no Parque Urbano de Ponta Delgada puderam fazer pinturas faciais; divertir-se nos pula-pulas instalados e nos muitos jogos tradicionais e inovadores que estiveram ao seu dispor, assim como dançar ao som do DJ Antoine C e da aula do professor Pedro Raimundo.

O dia encerrou o ciclo de actividades de Verão programado pela rede de ATL da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

GNR apreende seis máquinas de jogo ilegal e 209 artigos de vestuário contrafeitos

O Comando Territorial dos Açores, através do Posto Territorial de Ponta Delgada, apreendeu seis máquinas de jogo ilegal e 209 artigos de vestuário e acessórios contrafeitos, na Ilha de São Miguel.

No âmbito de diversas acções de fiscalização direccionadas a estabelecimentos de restauração e bebidas e a estabelecimentos de venda de roupa e acessórios com o intuito de prevenir e reprimir a exploração de jogo ilegal a dinheiro e a venda de produtos contrafeitos, desenvolvidas por diversos concelhos da Ilha de São Miguel, os militares da Guarda apreenderam seis máquinas de jogo ilegal e 209 artigos de vestuário e acessórios, por suspeita de contrafacção, que ostentavam logótipos de várias marcas do mercado, correspondentes ao valor presumível de mais de 20 mil euros.

Ainda no decorrer das diligências policiais, foram elaborados dez autos de notícia, seis pelo crime de exploração ilícita de jogo e quatro pela prática do crime de contrafacção, tendo ainda sido possível identificar dez suspeitos, nove mulheres e um homem, com idades compreendidas entre os 39 e 58 anos, proprietários dos estabelecimentos.

Os factos foram comunicados ao Tribunal Judicial dos Açores.

A Guarda Nacional Republicana relembra que o principal objectivo deste tipo de acções é garantir o cumprimento dos direitos de propriedade industrial, visando essencialmente o combate à contrafacção (uso ilegal de marca, venda de artigos contrafeitos) e combate ao jogo ilegal.

Francisco César acusa governo regional de "má gestão e exige pagamento de dívidas"

O presidente do PS Açores, Francisco César, teceu duras críticas ao governo regional, acusando-o de falta de acção e de acumular dívidas, durante uma visita à Ilha de São Jorge. As declarações foram feitas à margem de uma reunião com o Núcleo Empresarial de São Jorge, onde Francisco César destacou várias preocupações levantadas pelos empresários locais.

"O objectivo desta visita era exactamente perceber quais são as preocupações dos empresários. Os empresários aqui da Ilha de São Jorge e também os empresários dos Açores. E há várias preocupações", afirmou o líder socialista. Entre as principais questões apontadas, destacou-se o problema das acessibilidades, que Francisco César classificou como "um enorme problema", sublinhando a imprevisibilidade e a irregularidade dos serviços, além da inadequação das embarcações para servir a ilha.

Outro ponto de destaque foi a sazonalidade, que, segundo o líder socialista, "perturba muito o funcionamento da economia" local. No entanto, a crítica mais contundente foi dirigida às dívidas do governo regional, que, conforme denunciou, "deve, neste momento, tudo, a praticamente toda a gente, desde empresas, instituições desportivas, IPSS, inclusive, agentes culturais".

Francisco César criticou as justificações do governo para a falta de pagamento, classificando-as como "desculpas de mal pagador". "A primeira desculpa era o orçamento, a segunda desculpa era o governo da República, que inclusive agora é da mesma cor do partido, do PSD, e que não resolveu nada, pelos vistos", apontou.

O líder do PS Açores acusou ainda o governo de aumentar a dívida a fornecedores em mais de 100 milhões de euros e a dívida da saúde em mais de 200 milhões de euros, destacando que até à SATA a dívida ultrapassa os 30 milhões de euros.

No final, Francisco César exigiu que o governo regional cumpra com as suas responsabilidades: "O que nós exigimos ao governo é que resolva, para além da questão das acessibilidades, para além da questão dos combustíveis, para além da sazonalidade que serve o turismo desta região, é que pague aquilo que deve. E que deixe de inventar desculpas."

O Presidente do PS Açores criticou a insistência do governo em culpar a gestão anterior pelos problemas actuais, afirmando que "é preciso parar de falar dos últimos 24 anos". E lembrou que o governo actual está em funções há quase cinco anos e que, nesse tempo, já deveria ter apresentado soluções: "Este governo não está em funções há 5 dias, há 5 semanas, há 5 meses. Está em funções há quase 5 anos. E, portanto, aquilo que se exige é menos desculpas, menos conversas e que efectivamente faça o seu trabalho".

"Governo esteve a dormir nos últimos meses e preparou o início do ano lectivo em cima do joelho", afirma BE

Os problemas que as escolas estão a enfrentar no início deste ano lectivo mostram que "o governo regional andou a dormir nos últimos meses" e que preparou o início do ano lectivo "em cima do joelho". As críticas foram feitas por António Lima, deputado do Bloco de Esquerda, após visita à Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe.

"Falta de professores, falta de assistentes operacionais, incerteza sobre o acompanhamento às crianças com necessidades educativas especiais, falta de equipamentos informáticos para utilização dos manuais digitais, e até atrasos na autorização do governo necessária para a finalização do concurso para a concessão do bar da escola". É este o cenário nas escolas dos Açores que está a preocupar o Bloco de Esquerda no arranque do ano lectivo.

António Lima não compreende que, a menos de uma semana do início das aulas, as escolas, mais uma vez, "não tenham os assistentes operacionais de que precisam, e que as famílias com alunos com necessidades educativas especiais – que eram acompanhados na escola a tempo inteiro por bolseiros ocupacionais – continuem sem saber com que apoio podem contar". No passado mês de Julho, o Bloco de Esquerda levou ao parlamento uma proposta para acabar com a precariedade nas escolas garantindo a integração de todos os assistentes operacionais e bolseiros ocupacionais que são necessários nas escolas, mas os partidos da coligação rejeitaram a proposta.

Por isso, "a precariedade nas escolas continua", lamentou o deputado do Bloco, que criticou o recurso abusivo de programas ocupacionais para colmatar as necessidades das escolas.

Quanto à falta de professores, que atinge a região de uma forma geral, mas cujo efeito é sentido com maior intensidade nas ilhas mais pequenas, o Bloco defende a criação de incentivos à fixação.

António Lima lembra que a criação destes incentivos para a fixação de professores já estava no programa do governo da coligação desde 2020. "O governo não implementou estes incentivos porque não quis" e agora diz que "a culpa é do chumbo do orçamento".

Sem estes incentivos, com a falta de habitação que faz disparar os custos será muito difícil os professores concorrerem para uma ilha onde não tenham a sua residência, porque aquilo que vão receber será menos do que o que terão de gastar com deslocações e habitação.

"Ninguém vai concorrer para uma escola onde vai ter que pagar para trabalhar", afirmou o deputado do Bloco.

António Lima criticou ainda a continuação do alargamento das turmas abrangidas pela utilização dos manuais escolares digitais sem haver uma avaliação do impacto desta opção na aprendizagem das crianças e jovens.

O parlamento dos Açores está actualmente a analisar uma proposta do Bloco que propõe uma avaliação da introdução dos manuais digitais, assim como a utilização em conjunto de manuais digitais e manuais em papel, e que defende que ambos os formatos de manual escolar sejam disponibilizados de forma gratuita.

A proposta defende também a implementação de recreios livres de ecrãs do 1º ano ao 6º ano de escolaridade.

CHEGA defende que "falta de planificação e estratégia nas obras públicas vai hipotecar o futuro dos Açores"

O Grupo Parlamentar do CHEGA reuniu com a Direcção da AICOPA - Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores, no âmbito das Jornadas Parlamentares que estão a decorrer em São Miguel. A falta de mão-de-obra no sector foi uma das principais preocupações denunciadas pela AICOPA aos parlamentares do CHEGA, assumindo também a falta de capacidade de captar os mais jovens para algumas áreas da construção civil.

A economia paralela que se desenvolve no âmbito da construção civil, os atrasos nos pagamentos – por parte do Governo Regional - das obras públicas, a flutuação dos preços dos materiais de construção, bem como os constantes atrasos nos transportes marítimos de mercadorias, foram algumas das dificuldades do sector transmitidas aos parlamentares do CHEGA.

Para o líder parlamentar, José Pacheco, a falta de mão-de-obra na construção – como noutros sectores - é algo que é urgente combater, "até porque não podemos estar a pagar a pessoas em casa sem fazer nada, sem estarem inscritos nos centros de emprego, quando falta mão-de-obra" num sector, que outrora foi um importante escape para muitas famílias.

"O mesmo Governo que paga a estas pessoas no fim do mês, diz que está com constrangimentos de tesouraria e não paga aos empreiteiros a tempo e horas. Não há desculpas de falta de orçamentos, não pode haver desculpas, o Governo tem de ser pessoa de bem. Só compramos o que podemos pagar, não podemos continuar a ouvir que desde Novembro do ano passado havia contas por pagar", referiu o líder parlamentar do CHEGA, José Pacheco.

Na reunião, onde esteve também o deputado do CHEGA na Assembleia da República, Miguel Arruda, a AICOPA deu conta que alguns empreiteiros têm dificuldade em concorrer a obras públicas, uma vez que depois não conseguem fazer face aos constrangimentos por falta de pagamento do Estado. Ou seja, "apesar do volume de trabalho, ninguém anda a ganhar dinheiro. Anda um sector quase a trabalhar de forma virtual", referiu José Pacheco.

Para o CHEGA, falta uma estratégia de futuro para a habitação, para as obras públicas, e para muitos outros sectores, hipotecando o futuro da Região e das gerações mais jovens. José Pacheco deu o exemplo do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel – cuja consulta pública terminou ontem – "que vai proibir novas construções até 500 metros a partir da orla costeira. Vai deixar de se poder construir na maioria das freguesias de São Miguel e isso é inadmissível. Depois dos 500 metros existem as reservas ecológicas e as reservas agrícolas, que também não permitem construções novas. É o futuro dos nossos filhos que está em causa, porque a habitação é uma forma de fixar população", reforçou José Pacheco.

destaques IMOBILIÁRIAS

DESTAQUES IMOBILIÁRIAS

*José Gabriel Ávila**

Meter a foice em ceara alheia

A atual controvérsia gerada em torno das políticas de imigração, em certos países da União Europeia, está a gerar intranquilidade em muitos emigrantes açorianos, em visita à sua terra natal. O tema é de conversas frequentes sobretudo entre os mais idosos, pois são eles os mais expostos a doenças que carecem de maiores cuidados médicos e hospitalares.

Desconhecendo as leis do seu país natal sobre os direitos que lhes assistem quanto aos Serviços Públicos de Saúde esses compatriotas julgam que, pelo fato de serem cidadãos naturalizados nos países de acolhimento, perderam os direitos consagrados na Constituição Portuguesa e não dispõem de informação fidedigna que os tranquilize. Pelo contrário, vivem na incerteza de terem de suportar os gastos com as doenças.

Estes esclarecimentos, importantes e urgentes deveriam incumbir aos organismos oficiais, fosse à chegada dos emigrantes, ou ainda antes da partida. Essa tarefa competiria aos organismos representativos da diáspora açoriana espalhada pelo mundo, sobretudo na América do Norte, ou aos serviços consulares.

O mesmo deveria acontecer com informações sobre questões jurídicas relativas ao direito de propriedade, que tantos imbróglios causam às famílias com membros dispersos por terras da emigração, e também a legislação relacionada com projetos de investimento, onde muitas críticas sobre a simplificação de processos administrativos se ouvem sem que se proceda a uma urgente desburocratização.

Há cada vez mais emigrantes pretendendo investir localmente, atendendo às facilidades de transporte entre a América do Norte e os Açores e às novas tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O estigma da "Saudade" deu agora lugar à facilidade e rapidez das viagens, e a "Heritage" ou herança cultural é um bem que se preserva, cada vez mais se acautela, estima e divulga com dedicação e zelo.

São disso prova o elevado número de templos, paróquias, irmandades e outras instituições sociais e culturais criadas pela diáspora açoriana na América por influência da Igreja Católica. Algumas destas instituições tomaram os nomes dos santos padroeiros de devoção nas localidades de onde são originários os nossos compatriotas. Os exemplos mais conhecidos e populares são o culto ao Divino Espírito Santo e as Festas do Senhor Santo Cristo em Fall River, paróquia fundada, curiosamente, por um sacerdote picoense. Nesta mesma cidade existe uma paróquia cujo patrono é o Espírito Santo.

Por toda a América continuam a celebrar-se, no tempo litúrgico próprio, Festas e Impérios das Irmandades, com rituais muito semelhantes aos das terras de origem.

As Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra, anualmente realizadas fora do tempo litúrgico, em Fall River, iniciativa de Heitor de Sousa, têm uma enorme participação popular, um visível aparato folclórico e etnográfico. Participam irmandades dos EUA, Canadá e de outras comunidades, sendo uma grande festa.

Mais recentes são as Festas do Espírito Santo promovidas anualmente, pelo Município de Ponta Delgada, descontextualizadas do tempo litúrgico próprio. A organização oficial esvazia o seu sentido bíblico da Misericórdia, da Graça, da Fé e do compromisso pessoal e íntimo do mordomo e da irmandade, pois aquele é Presidente do Município, entidade pública laica, não representativa do povo fiel e crente.

As celebrações pouco espelham a Fé e a fervorosa devoção do povo simples e crente que implora graças e bênçãos ao Divino Espírito Santo e, agradece os dons recebidos.

Ao contrário do tradicional e popular Império, onde a partilha da carne, pão, sopas, vinho pelos vizinhos, amigos e familiares, a expensas dos mordomos e irmãos, tem um simbolismo religioso, predomina o espetáculo, o folclore, o profano.

A mesma posição crítica tomo relativamente à anunciada realização do primeiro Fórum Global do Espírito Santo e do Forum de Santo Cristo.

Segundo a Lei n.º 16/2001 sobre a Liberdade Religiosa, «O Estado não adopta qualquer religião nem se pronuncia sobre questões religiosas». Está, portanto, impedido de tomar aquelas iniciativas. O estado é laico e como tal "não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas. (Artº 43 da Constituição Portuguesa).

Paulo Estevão, ao afirmar que as festas em louvor do Divino Espírito Santo

constituem "a manifestação cultural mais representativa da identidade açoriana no mundo" e, por isso, "merecem uma abordagem interdisciplinar e internacional que seja capaz de abordar o seu passado, presente e futuro", manifesta uma perspetiva redutora, simplista, profana, etnográfica, cultural, despida dos essenciais fundamentos bíblico e teológico que suportam a Fé e animam as mais profundas convicções religiosas do nosso povo.

A componente teológica e cultural só diz respeito à Igreja Católica. Não ao poder civil.

O estudo dos Cultos ao Divino Espírito Santo e do Senhor Santo Cristo, são essencialmente questões religiosas, de Fé, embora possam ser também estudadas por outras ciências humanas.

O Secretário Regional das Comunidades, com a anunciada iniciativa, fez-me lembrar o monarca Henrique VIII o qual, por razões pessoais e matrimoniais, provocou o cisma entre a Inglaterra e a Igreja Católica, intitulando-se Chefe Supremo da Igreja.

Espero que as autoridades diocesanas não se submetam a este tipo de iniciativas governativas, sob pena de perderem autoridade doutrinária e pastoral sobre o culto ao Espírito Santo e ao Santo Cristo, manifestações de Fé que só à Igreja Católica e aos fiéis dizem respeito.

O poder político e executivo não tem competência para interferir em temas respeitantes à liberdade de consciência, de religião e de culto.

"A César o que é de César, a Deus o que é de Deus".

**Jornalista c.p.239 A*
http://escritemdia.blogspot.com

*Estela Nogueira**

Envolvimento renal no Lúpus

"O lúpus é uma doença em que o sistema imune se torna disfuncional e leva à produção de auto-anticorpos que se depositam nos órgãos causando inflamação e lesão a longo prazo."

Que tipo de envolvimento renal pode ocorrer no Lúpus?

O lúpus é uma doença em que o sistema imune se torna disfuncional e leva à produção de auto-anticorpos que se depositam nos órgãos causando inflamação e lesão a longo prazo. A inflamação do Lúpus pode atingir os rins e esta situação é designada por nefrite lúpica.

De acordo com a gravidade da inflamação a Nefrite Lúpica classifica-se em:

Classe	Descrição
Classe I Classe II	Fases precoces que não exigem tratamento, exceto se proteinúria elevada e presença concomitante de Podocitopatia do Lúpus
Classe III Classe IV	Fases inflamatórias que exigem tratamento
Classe V	Exige tratamento se proteinúria elevada
Classe VI	Fase apenas com lesões crónicas, não exige tratamento

Os rins têm como objetivo filtrar e eliminar as toxinas, bem como manter o equilíbrio dos sais, minerais e conteúdo de água corporal. Para além disso, produzem hormonas que são importantes para manter o controlo da pressão arterial e evitar anemia. Os rins são constituídos por cerca de 1 milhão de unidades filtrantes designadas por glomérulos. Os depósitos de auto-anticorpos ocorrem nos glomérulos, levando à inflamação e alteração da capacidade de filtração destes glomérulos, permitindo a passagem de sangue e proteínas para a urina.

A medicação e as consequências da medicação tais como os glucocorticoides, podem levar à hipertensão e diabetes que por si só também podem dar doença renal, mas que não se relaciona com a inflamação do lúpus.

O envolvimento renal é frequente? Quando pode surgir no curso da doença?

O envolvimento renal pelo lúpus é frequente, sendo que cerca de 20 a 60% dos doentes poderão desenvolver nefrite lúpica durante o curso da doença, seja no seu início, seja numa fase posterior. O atingimento renal é mais frequente nos doentes de origem africana, asiática ou hispânica.

Como se manifesta a nefrite lúpica?

Nas fases mais precoces, é assintomática e manifesta-se apenas com presença de sangue e proteínas na urina que é avaliada no contexto de rotina nas consultas de seguimento.

À medida que progride, evolui com pressão arterial elevada (hipertensão arterial) e surgimento de edema (inchaço) por incapacidade de gestão dos líquidos pelos rins. Assim, surge progressivamente edema nos membros inferiores, olhos, abdómen e tórax evoluindo para falta de ar. A presença de espuma na urina é também um sinal de proteínas na urina.

Como se pode diagnosticar precocemente e como deve ser abordada?

Na avaliação de rotina que o doente com lúpus faz habitualmente com o seu reumatologista ou internista, é muito importante que conste sempre:

1. Exames de urina para verificar se há proteínas e sangue na urina.

a. Sedimento urinário: para avaliar se existe eritrócitos (sangue)

b. Rácio proteínas/creatinina na 1ª amostra da manhã para testar proteínas elevadas na urina (proteinúria); em alternativa ou para quantificar com mais rigor colher a proteinúria numa urina de 24h.

2. Análises sanguíneas

a. Creatinina no soro (que demonstra se os rins funcionam bem ou não)

b. Outras análises para diagnosticar lúpus: hemograma, velocidade de sedimentação, auto-anticorpos (ANA, dsDNA), complemento (C3, C4 e C1q).

Caso surja proteinúria (principalmente > 500mg/dia) e/ou eritrocitúria e/ou alteração da função renal, será proposta a realização de:

3. Biópsia renal: é fundamental para caracterizar a inflamação que tem a nível renal e para adequar o tratamento, ou seja, permitir decidir entre não tratar, tratar de forma pouco agressiva ou mais agressiva. As alterações das análises não são suficientes para se esclarecer o grau de inflamação, só a biópsia renal permite dar o diagnóstico definitivo.

Como se deve tratar a nefrite lúpica?

A nefrite lúpica é tratada com medicamentos que suprimem o sistema imunológico de forma a que ele deixe de danificar os rins, reduzindo a inflamação e a produção de auto-anticorpos. Dependendo da gravidade da inflamação, o tratamento pode incluir:

- Micofenolato mofetil e glucocorticoides
- Ciclofosfamida (habitualmente endovenosa) e glucocorticoides
- Micofenolato mofetil, belimumab e glucocorticoides
- Micofenolato mofetil, tacrolimus ou ciclosporina e glucocorticoides

Estas são as opções mais frequentes, mas é possível que surjam mais medicamentos com os novos ensaios clínicos e que os glucocorticoides (prednisolona) sejam substituídos por outros medicamentos com menos efeitos colaterais a longo prazo (inibidores do complemento).

Para além da redução da inflamação, será importante iniciar medicação para controlar a hipertensão arterial (inibidores da enzima conversora da angiotensina ou antagonistas do recetor da angiotensina II) que podem também ajudar a reduzir a proteinúria. É fundamental vigiar a pressão arterial em casa para melhor controlar a hipertensão arterial.

Quais são as complicações da nefrite lúpica?

É fundamental diagnosticar e tratar precocemente a nefrite lúpica, pois a longo prazo pode levar à perda progressiva de função renal, com desenvolvimento de insuficiência renal grave, que exija terapêuticas substitutivas da função renal, nomeadamente a diálise ou o transplante renal. A vigilância da urina através de análises é fundamental para a abordagem precoce e eficaz e deve fazer parte da avaliação de rotina do doente com lúpus.

Referências:

KDIGO 2024 Clinical Practice Guideline for the Management of Lupus Nephritis

National Institute of Health – national institute of diabetes and digestive and kidney diseases

Pelo Grupo de Trabalho de Imunonefrologia da Sociedade Portuguesa de Nefrologia

Arnaldo Ourique

As profunduras do mar açoriano 3/3

"O mar dos Açores, diferente das relações internacionais, tem um melhor registo, apesar de tudo: possui um enorme acervo legislativo de zonas de garantia de qualidade marinha o que lhe pode garantir vantagens em negociações inteligentes."

Num 1.º texto vimos este assunto do ponto de vista da atuação do Governo Regional. E no 2.º explicitamos melhor a ilusão que se vive atualmente com o mar açoriano. E nesse último, para ilustrar essa inglória vontade de segurar nas mãos da autonomia política açoriana um mar que é da humanidade, demos o exemplo do que se fez com os dividendos dos acordos internacionais. O artigo é extenso em vária matéria, mas uma fez mossa no pensamento de um antigo leitor dos nossos textos: fez-lhe enorme confusão que eu diga que a Região nunca se preocupou com a dimensão da política externa. E ficamos baralhados com essa confusão porque nem essa afirmação nem essa ideia estão no meu texto; nem em nenhuma das nossas obras feitas ao longo de várias décadas de estudo, e nunca em funções políticas por opção. Mas, e eis a razão deste excecional 3.º texto: essa observação foi-nos útil, pois assim posso concluir ainda mais do seguinte modo: A) escrevemos ali que *«Desde 1976, isto é, desde que existe a Região Autónoma, está consagrado o princípio da sua participação nas negociações internacionais, bem como nos benefícios deles decorrentes. Até hoje nunca houve por parte da Região qualquer tentativa de endereçar ao Estado conversações nesta área de modo a consagrar pontos de convergência respeitáveis e transparentes, estáveis e duradouros; nem nenhuma iniciativa regional de feitura de um regime legal ou contratual ou de cooperação de desenvolvimento destes princípios, tal como existe nomeadamente para as finanças regionais ou para as eleições regionais (...) ou seja, em matéria de dividendos pelos acordos internacionais – a Região Autónoma nunca fez nada»*; B) e agora vamos, finalmente, escrever sobre as intenções da Região em fazer e do que se sabe delas. O assunto é o mar; por isso, não podemos omiti-lo.

Ponto A. A 1.ª afirmação de que a Região Autónoma nunca fez nada é corretíssima: nunca se fez nada com mecanismos democráticos, isto é, através de leis e sistemas legais, ou contratuais ou de cooperação. Aliás: o princípio da cooperação é tão antigo como a Região e o 1.º Estatuto; isto é, consagrou-se, por iniciativa da própria Região Autónoma (aquando da preparação o Estatuto Provisório, juntamente com a Junta Regional, e na 8.ª Comissão da Assembleia Constituinte) a feitura do princípio da cooperação entre os órgãos do Estado e da Região, e nunca foi feito nenhum desenvolvido nesse sentido e até hoje. Tudo isto está bem documentado em pensamento autonómico.

Ponto B. Não escrevemos nada sobre intenções. Só pode falar em intenções quem participou nas conversações; este tipo de intenções não é o móbil do nosso estudo. Mas a história recente da autonomia açoriana é prenhe de intenções e bem visíveis em projetos por todos conhecidos. Ainda nem existia nenhum pensamento (escrito) sobre o que viria a ser a autonomia da atualidade, e já muitas pessoas que mais tarde viriam a ter papel central na Região, tiveram intenções de dimensão externa: a FLA, em S. Miguel, esteve ligada à diáspora açoriana como suporte financeiro para a independência dos Açores. Por isso, podemos concluir que membros importantes do futuro sistema autonómico começou desde logo a ter pensamento sobre as relações internacionais e os seus dividendos. Tudo isto está bem documentado, em livros e também teses académicas.

Mas é na própria Região Autónoma, isto é, desde 1976, que vemos as suas intenções sobre as relações externas e os seus dividendos. Desde logo, nos textos fundamentais, porque a matéria está escrita na Constituição desde 1976 e no Estatuto Político Provisório de 1976. O 1.º Governo Constitucional de Mário Soares teve grande preocupação com esta matéria, relações externas e dividendos para os Açores. O 1.º Governo Regional, Mota Amaral, e a 1.ª Assembleia Legislativa, Álvaro Monjardino, imediatamente juntaram-se para defender tal desiderato. E desde aí até aos governos de Cavaco Silva o suporte financeiro do orçamento regional advinha dos milhões de dólares do EUA a troco do acordo da Base das Lages. A Região, nesse período tinha, todos os anos, de discutir com o governo central sobre as verbas do seu orçamento, por estar constituído na base daqueles cerca de quarenta milhões ("se bem me lembro", embora se tivesse falado em cem milhões) e das verbas do próprio Estado decorrentes dos custos da insularidade. Mas eis que a partir daí nunca mais se falou dos milhões que foram trocados por uma lei de finanças das regiões autónomas. Já existem estudos sobre este assunto e também sobre o destino das "verbas" que o país continuou a receber a troco da Base das Lages. Nesse tipo de preocupação, a própria Assembleia Legislativa criou na 2.ª Legislatura de 1980-84, uma comissão permanente de assuntos internacionais que teve um papel fundamental de acompanhamento das negociações Luso-Americanas de 1990-95. Também existem estudos sobre este assunto.

Ou seja, que a Região Autónoma sempre teve interesse pelos assuntos externos – isso é, não só, uma evidência, como é também uma realidade vincada. Isso, que se saiba, nunca ninguém colocou em causa. É certo que se podem apontar erros a essas intenções, nomeadamente: teve a comissão de Assuntos Internacionais de 1984, mas extinguiu-a em 1998; os governos regionais, por via das leis orgânicas, também mostram esse interesse, como hoje no XIV Governo, a direção regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa na dependência da Presidência, mas também tem o G2A, o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores, que serve para estudar o que já se sabe, potencialidades, mas não os dividendos. Ou seja, as intenções da Região foram muitas; mas a eficácia e a utilização de mecanismos constitucionais e estatutários foram nenhures – e nunca foram pensados com rigor, e menos ainda de modo sistémico. Também existem estudos sobre estes assuntos.

O mar dos Açores, diferente das relações internacionais, tem um melhor registo, apesar de tudo: possui um enorme acervo legislativo de zonas de garantia de qualidade marinha o que lhe pode garantir vantagens em negociações inteligentes. As intenções, na maneira de fazer, são más como mostrámos no 2.º texto. Mas, para mais do que isso, pouco tem sabido fazer. É a realidade.

Em política pode mentir-se e em memórias políticas pode dar-se a sua perspetiva. Mas em ciência só existe sapiência. Eis outro tanto para mostrar oportunamente: a Região Autónoma dos Açores nunca tratou os dividendos dos acordos com o devido empenho, no princípio por falta de inteligência política, desde há três décadas propositadamente a favor duma política central em vez de harmónica.

INFORMAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

FARMÁCIAS

Ponta Delgada – Farmácia Moderna
Largo de Camões 15-19
Telefone: 296 305 780

Ribeira Grande - Farmácia Ribeirinha
Rua Direita 1ª Parte, Nº1
Telefone: 296 479 202

HOSPITAIS

Ponta Delgada - 296 203 000
Nordeste - 296 488 318 - 296 488 319
Vila Franca - 296 539 420
Ribeira Grande - 296 470 500
Povoação - 296 585 197 - 296 585 155

POLÍCIA

Ponta Delgada - 296 282 022, 296 205 500 e 296 629 630
Trânsito - 296 284 327
Ribeira Grande 296 472 120, 296 473 410
Lagoa - 296 960 410
Vila Franca - 296 539 312
Furnas - 296 549 040, 296 540 042
Povoação - 296 550 000, 296 550 001, 296 550 005 e 296 550 006
Nordeste - 296 488 115, 296 480 110, 296 480 112 e 296 480 118
Maia - 296 442 444, 296 442 996
Rabo de Peixe - 296 491 163, 296492033
Capelas - 296 298 742, 296 989 433
Santa Maria - 296 820 110, 296 820 111, 296 820 112 e 296 820 110

GNR

Largo Dr. Manuel Carreiro, 9504-514 Ponta Delgada
Tel: Fixo: 296 306 580 / Fax: 296 306 598
Email: ct.acr@gnr.pt

POLÍCIA MUNICIPAL

Rua Manuel da Ponte, n.º 34
9500 – 085 Ponta Delgada
Tel. 296 304403/91 7570841
Fax: 296 304401
E-Mail: policiamunicipal@mpdelgada.pt

BOMBEIROS

Ponta Delgada - Urgência 296 301 301
Normal 296 301 313
Ginetes - 296950950
Nordeste - 296488111
Vila Franca - 296539900
Ribeira Grande: 296 472318, 296 470100
Lomba da Maia - 296446017, 296446175
Povoação - 296 550050, 296 550052
Centro de Enfermagem Bombeiros de Ponta Delgada
Todos os dias das 17h00 – 20h00
Incluindo Sábados, Domingos e Feriados

MARINHA

Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (MRCC Delgada)
Tel. 296 281 777
Polícia Marítima de Ponta Delgada (PM Delgada)
Tel. 917 764 428

PORTO DE ABRIGO

Estação Costeira Porto de Abrigo
Tel. 296 718 086

GABINETE DE APOIO À VÍTIMA

296 285 399 (número regional)
707 20 00 77 (número único)
apav.pontadelgada@apav.pt
2.ª a 6.ª das 9:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30

MUSEUS

Ponta Delgada
Museu Carlos Machado
Inverno (de 1 de Outubro a 31 de Março)
Terça a Domingo, das 9h30 às 17h00
Verão (de 1 de Abril a 30 de Setembro)
Terça a Domingo, das 10h00 às 17h30
Museu Hebraico Sahar Hassamaim de Ponta Delgada - Portas do Céu (Sinagoga)
Segunda a Sexta, das 13h00 às 16h30
Museu Militar dos Açores
De 2ª a 6ª feira das 10h00 às 18h00
Sábado e Domingo das 10h00 às 13h30 e das 14h00 às 18h00
Encerrado aos feriados

Ribeira Grande
Museu Municipal
Museu "Casa do Arcano"
Museu da Emigração Açoriana
Museu Vivo do Franciscanismo
Casa Lena Gal
Aberto de 2ª a 6ª - 09h00/17h00

Museu Municipal do Nordeste
Aberto de 2.ª a 6.ª das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00

Povoação
Museu do Trigo
De Segunda a Sexta das 09h00 às 17h00
Sábados, Domingos e Feriados das 11h00 às 16h00

SERVIÇOS CULTURAIS

Ponta Delgada
Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada
Horário de inverno (Outubro a Junho)
De 2.ª a 6.ª das 9h00 às 19h00
Sábado das 14h00 às 19h00
Horário de Verão (Julho a Setembro)
De 2.ª a 6.ª das 9h00 às 17h00
Sábado encerrado
Biblioteca Municipal Ernesto do Canto
Rua Ernesto do Canto s/n 9500-313
Tel: 296 286 879; Fax: 296 281 139
Email: biblioteca@mpdelgada.pt
Horário: 2ª a 6ª feira das 10h00 às 18h00
Horário de verão (durante as férias escolares): 2ª a 6ª feira das 8h30 às 16h30

Ribeira Grande
Arquivo Municipal; Biblioteca Municipal
De 2ª a 6ª feira das 9h00 às 17h00

Povoação
Biblioteca:
De Segunda a Sexta das 09h00 às 17h00

Ribeira Grande
Centro Comunitário e de Juventude de Rabo de Peixe
Teatro Ribeiragrandense
Horário da 2ª a 6ª das 9h00 às 17h00

MISSAS

Semana - 08.00 – *Santuário Senhor Santo Cristo dos Milagres;* **09.00** - *Santuário Senhor Santo Cristo dos Milagres, à Sexta-feira);* **12.30** – *Igreja Paroquial da Matriz (São Sebastião);* **18.00** – *Igreja Imaculado Coração de Maria e Igreja Paroquial de São José;* **19.00** – *Igreja Paroquial de São Pedro, Igreja de Nossa Senhora de Fátima, (de terça-feira à sexta feira) e Igreja Paroquial de Santa Clara (de Quarta-feira à Sexta feira); (Terça-feira e Quinta-feira às 19 horas), Igreja de Nossa Senhora da Oliveira - Fajã de Cima*

Sábado - 08.00 – *Santuário Senhor Santo Cristo dos Milagres;* **12.30** - *Igreja Paroquial da Matriz (São Sebastião);* **16.00** – *Igreja Nª Sra. Das Mercês;* **16,30** - *Nossa Sra. de Fátima;* **17.00** – *Clínica do Bom Jesus (Suspensa);* **17.30** – *Igreja Imaculado Coração Maria (S. Pedro);* **18.00** – *Igreja Paroquial de S. JOSÉ e Igreja Paroquial de Santa Clara;* **19.00** - *Igreja Paroquial de São Pedro, Igreja Nossa Senhora Fátima e Igreja de Nossa Senhora da Oliveira - Fajã de Cima*

Domingo - 08.00 – *Santuário Senhor Santo Cristo dos Milagres;* **09.30** – *Clínica Do Bom Jesus (Suspensa);* **10.00** – *Igreja Matriz e Igreja Imaculado Coração de Maria (S. Pedro) e Igreja Paroquial Santa Clara;* **10.30** – *Casa de Saúde Nª Sra. Conceição e Hospital Divino Espírito Santo (Suspensa);* **11.00** – *Igreja Paroquial São Pedro e Igreja Paroquial de São José;* **11:30** - *Igreja de Nossa Senhora da Oliveira - Fajã de Cima;* **12.00** – *Igreja Matriz, Santuário Santo Cristo e Igreja Nossa Senhora Fátima;* **12.15** – *Ermida de São Gonçalo (São Pedro)*;* **17.00** – *Igreja Paroquial da Matriz (São Sebastião);* **18.00** – *Igreja Paroquial São José **;* **19.00** – *Igreja Paroquial São Pedro*

** Não há no mês de Agosto*

*** Nos meses de Julho e Agosto não haverá Eucaristia Dominical às 18h00, na Igreja de São José. Esta será retomada no 1º Domingo do mês de Setembro.*

MOVIMENTO AÉREO

Azores Airlines
Chegada a Ponta Delgada de:
Funchal: 06:45
Lisboa: 07:30, 14:05, 15:40, 20:55
Porto: 14:00, 21:00
Toronto: 06:40
Boston: 06:05

Partida de Ponta Delgada para:
Funchal: 20:40
Lisboa: 08:25, 09:50, 15:15, 21:50
Porto: 08:20, 15:20
Toronto: 16:50
Boston: 17:55

Air Açores
Chegada a Ponta Delgada de:
Flores: 14:20, 18:00, 18:20
Corvo: --
Horta: 19:25, 21:35
Pico: 11:15, 14:30, 16:30, 19:50, 21:15
São Jorge: 11:50, 15:05
Santa Maria: 07:55, 13:40, 18:25, 20:25
Terceira: 07:35, 09:20, 10:20, 13:45, 18:50, 20:25, 22:50

Partida de Ponta Delgada para:
Flores: 08:10, 12:20
Corvo: 11:00
Horta: 07:20, 15:05, 19:10
Pico: 07:00, 12:20, 14:10, 15:35, 18:55
São Jorge: 07:35, 10:50
Santa Maria: 06:30, 12:15, 17:00, 18:55
Terceira: 07:20, 08:25, 11:50, 15:00, 18:15, 20:55, 22:05

TAP
Chegada a Ponta Delgada de:
Lisboa: 09:40, 18:35, 23:45

Partida de Ponta Delgada para:
Lisboa: 06:30, 10:45, 19:25

MOVIMENTO MARÍTIMO

NAVIOS DA TRANSINSULAR

INSULAR - Em Ponta Delgada largando para o Caniçal e Leixões
MONTE DA GUIA - E viagem da Praia da Vitória para Leixões chegando amanhã
S. JORGE – Em Ponta Delgada
MARGARETHE – Nas Flores largando para Ponta Delgada

REBECA S - Em viagem para Ponta Delgada
LAURA S - Em viagem Lisboa

NAVIOS DA MUTUALISTA AÇOREANA

CORVO – Em viagem de Lisboa para Ponta Delgada
FURNAS – Em viagem de Ponta Delgada para Lisboa

Transporte Marítimo Parece Machado, Lda

BAÍA DOS ANJOS
- Sem informação

EFEMÉRIDES

2004 - Morre, aos 77 anos, Míriam Pires atriz brasileira, intérprete de Clementina na telenovela A Senhora do Destino, e dos filmes "Chuvas de Verão", de Cacá Diegues, e "O Beijo da Mulher Aranha", de Hector Babenco.

- Primeiras eleições presidenciais no Egito, em 24 anos, mantêm Hosni Mubarak no poder.

2006 - Entra em vigor a nova Lei do Arrendamento Urbano.

- Lançamento do jornal semanário "Sol", dirigido por José António Saraiva.

- Morre, aos 71 anos, D. Alberto Setele, bispo de Inhambane, em Moçambique.

2007 - Após muitas horas de interrogatório na Polícia Judiciária de Portimão, Kate McCann é constituída arguida no caso do desaparecimento da filha Madeleine.

2008 - O governo norte-americano assume o controlo das sociedades de crédito imobiliário Fannie Mae e Freddie Mac, que se encontram à beira da falência, devido à crise do 'subprime'.

- Morre Anita Page, atriz da Metro-Goldwyn-Mayer que fez vários filmes com Lon Chaney, Joan Crawford e Buster Keaton durante a transição do cinema mudo para o falado. Tinha 98 anos.

2009 - A jornalista sudanesa Lubna Ahmed al-Hussein é condenada a pagar uma multa de 140 euros por vestir calças e presa por se ter negado a pagar a quantia.

2012 - O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, anuncia mais um pacote de medidas de austeridade, que inclui a subida de impostos, como o aumento das contribuições dos trabalhadores para a segurança social, de 11% para 18%, e a descida das contribuições das empresas (Taxa Social Única). Partidos da oposição, confederações sindicais e patronais criticam violentamente a medida.

2015 - O Banco Espírito Santo de Investimento (BESI) passa a denominar-se Haitong Bank, no mesmo dia em que a operação de compra do banco de investimento ao Novo Banco fica fechada, com a venda da totalidade do capital da unidade de investimento à sociedade de Hong Kong por 379 milhões de euros.

2016 - Morre, aos 83 anos, António Barbosa de Melo, antigo presidente da Assembleia da República, um dos fundadores do PSD.

2017 - O Tribunal Constitucional espanhol suspende a lei aprovada pelo Parlamento da Catalunha que permitia a realização de um referendo independentista nesta comunidade autónoma.

Este é o ducentésimo quinquagésimo dia do ano. Faltam 115 dias para o termo de 2024.

Pensamento do dia: *"Somente quando esquecemos tudo quanto aprendemos é que começamos a saber". Henry David Thoreau (1817-1862), escritor e filósofo norte-americano.*

Centro Municipal de Cultura de Ponta Delgada

Horário das Exposições

2.ª feira a 6.ª feira: das 9h00 às 17h00

Sábados: das 14h00 às 17h00

TABELA DAS MARÉS

4:25 - Preia-mar
10:18 - Baixa-mar
16:41 - Preia-mar
22:39 - Baixa-mar

TEATRO MICAELENSE

SONHO DE UMA NOITE DE VERÃO
7 DE SETEMBRO - 21H30

COLISEU MICAELENSE

NATÁLIA É QUANDO UMA MULHER QUISER
28 DE SETEMBRO - 21H00

TÁXIS

296 38 2000
96 29 59 255
91 82 52 777

PRAÇA DE TÁXIS

296 20 50 50

TRANSFERES

919 501 266

JOGOS SANTA CASA

Euromilhões
Próximo sorteio Sexta-Feira
€ 148.000.000
Último sorteio 03/09/2024
7 9 11 16 45 + 2 5

Milhão
Próximo Sorteio Sexta-Feira
€ 1.000.000
Último Sorteio 30/08/2024
DWC 06772

Totoloto
Próximo Sorteio Sábado
€ 3.900.000
Último Sorteio 04/09/2024
5 6 19 41 44 + 11

Lotaria clássica
Próxima Extração 09/09/2024
€ 1.200.000
Última Extração 02/08/2024
1º PRÉMIO 20394

Lotaria popular
Próxima Extracção 12/09/2024
€ 75.000
Última Extracção 05/09/2024
1º PRÉMIO 51257

Totobola
Próximo Concurso Domingo
€ 57.000
Último Concurso 01/09/2024
1X2 1X1 122 XXX1 2

Diário dos Açores

Propriedade: Empresa do Diário dos Açores, Lda.
Editor: Empresa Diário dos Açores - Rua Dr. João Francisco de Sousa, nº 16 - 9500-187 Ponta Delgada São Miguel - Açores
Registo na ERC n.º 100552 – NIPC: 512003300
Conselho de Gerência: Américo Natalino Pereira Viveiros e Paulo Hugo Falcão Pereira de Viveiros
Sócio com mais de 5% do capital da empresa: Gráfica Açoreana, Lda.
Sede e redacção: Rua Dr. João Francisco de Sousa nº.16, 9500-187 Ponta Delgada -
Telefones: 296 709 887/ 888

Director: Paulo Hugo Viveiros
Director Executivo: Osvaldo Cabral
Redacção: Nicole Bulhões, Ana Rosa
Paginação: João Sousa, Miguel Sousa
Design gráfico: Luís Craveiro
Revisão: Rui Leite Melo
Fotografia: Pedro Monteiro
Serviços Administrativos: Lúcia Moreira
Impressão: Gráfica Açoreana, Lda. Rua Dr. João Francisco de Sousa nº. 16, 9500-187 Ponta Delgada

Estatuto Editorial disponível na página da internet em www.diariodosacores.pt

Internet: http://www.diariodosacores.pt
E-mail geral: jornal@diariodosacores.pt
Publicidade: publicidade@diariodosacores.pt

Preço avulso: 0.60 Euros – Assinatura mensal: 12 Euros - IVA incluído
Tiragem desta edição: 3.050 exemplares
Tiragem do mês anterior: 3.000 exemplares

Membro Honorário da Ordem de Mérito

Medalha de Mérito Municipal da Câmara Municipal de Ponta Delgada

Governo dos Açores
Esta publicação tem o apoio do PROMEDIA - *Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada*

*Mário Frota**

Consumidores idosos e hipervulnerabilidade

"Ademais, os idosos por não terem acesso a cartões de pagamento, não podem deixar de estar protegidos quando, no mercado, para entrega de somas por vezes ridículas, se lhes recusa o numerário, a moeda com curso legal, impondo-se o recurso a cartões de débito ou de crédito que nem sequer possuem, privando-os de bens de primeira necessidade."

Um inquérito promovido no seio de21 dos 27 Estados-Membros da União Europeia, em plena emergência de saúde pública, revelou que na sequência da crise desencadeada pela Covid -19, **6 em cada 10** consumidores se viram a braços com dificuldades financeiras de tomo susceptíveis de os precipitar em situações de excessivo endividamento.

Em Portugal, no período imeditamente anterior, os cidadãos esmagados entre os limiares da miséria e da pobreza atingiam cerca de 2,5 milhões de almas.

Com índices inexcusáveis: 18% de menores de idade e 19% de maiores de 65 anos...

A Caritas Portuguesa, em relatório que a lume veio em 2024, entendeu corrigir os números oficiais considerando que os índices de miséria e de pobreza excedem significativamente os números oficiais.

Sem demagogias, importa afrontar uma tal realidade, longe da asserção bíblica de que "pobres sempre tereis"! E sem sequer nos determos no aforismo que circula em terras tupiniquins: "quem gosta de pobre ou é rico ou é intelectual". Até porque nos não revemos em qualquer dos rótulos.

Mas vem a propósito de uma intervenção nossa nas XVI Jornadas Transmontanas de Direito de Consumo, promovidas pela apDC / Delegação de Trás-os-Montes, em parceria com a Universidade Politécnica de Bragança, a 5 de Junho em curso, sob a consigna "Consumidores Vulneráveis", na esteira, de resto, da Nova Agenda Europeia do Consumidor que se lhes consagra num dos seus capítulos.

Vulnerabilidade é a característica de quem ou do que é vulnerável, ou seja, frágil, delicado e fraco.

Uma tal particularidade pode recair tanto no comportamento das pessoas quanto em objectos, situações, ideias e demais contextos.

No plano jurídico, a vulnerabilidade do consumidor reporta-se ao reconhecimento de que tal sujeito de direito é de todo mais frágil face ao fornecedor: o fornecedor detém conhecimentos do produto que escapam ao consumidor, tornando-o por isso a parte mais débil, dependente psicolgicamente como no plano da informação, na relação jurídica entretecida.

A hipervulnerabilidade do consumidor refere-se a uma condição ainda mais pronunciada de fragilidade, de desvantagem , de dependência.

Hipervulneráveis são os consumidores que, devido a circunstâncias especiais, ainda mais expostos se acham às práticas comerciais nem sempre leais, à periculosidade e à nocividade de determinados produtos, bem como a excessos de toda a ordem com origem nos fornecedores.

Em uma tal categoria, figuram, desde logo, idosos, gestantes, crianças, enfermos, portadores de necessidades especiais, pessoas com distintos graus de iliteracia.

Peculiares domínios tendem a explorar a hipervulnerabilidade dos consumidores idosos, como os dos produtos-milagre (dos Cogumelos do Tempo e dos Mangostões), como toda a casta de pretensos suplementos alimentares que são panaceia-universal e fazem o pleno no pequeno ecrã; a atracção pelos jogos de fortuna e azar, com a denominada raspadinha de permeio, e e apelo permanente, nos cafés, a diferentes modalidades de jogos (de par com as televisões, a generalidade dos cafés dispõe agora, fornecidos pela Santa Casa, ecrãs em que o apelo às diversas modalidades de jogos é permanente); os concursos que, assistidos de uma larga soma de assédio, tendem a enredar os que permanecem no lar e são atraídos pelas televisões com prémios diários, prémios acumulados com uma dada periodicidade e o sorteio de veiiculos automóveis atractivos..., produtos de determinado jaez destinados a idosos que com publicidade nutrida acabam por os levar à certa, e um ror de situações outras que careceriam, decerto, de uma vassourada, como no caso dos serviços de interesse económico geral, a saber, as comunicações electrónicas, com ofertas desajustadas e a facturação ou de serviços não solicitados ou de conteúdos outros que não terão contratado, mas lhes são impostos mediante fraudes de efeito conseguido, como o denunciava a jornalista Fernanda Câncio ao conferir a factura de sua mãe, uma nonagenária que fora alvo de algo do estilo com o chamado "wap billing"!

A Comissão Europeia tende a terçar armas pelos mais idosos ante as suas hipervulnerabilidades, mas há uma boa dose de irrealismo nas medidas que tende a adoptar para o efeito, como no que tange ao acesso ao crédito pessoal com o reforço dos procedimentos da avaliação da solvabilidade, aliás, já consagrados nas leis vigentes, e com a revisão do Código Europeu de Boa Conduta para a Concessão de Micro-Crédito.

Ademais, os idosos por não terem acesso a cartões de pagamento, não podem deixar de estar protegidos quando, no mercado, para entrega de somas por vezes ridículas, se lhes recusa o numerário, a moeda com curso legal, impondo-se o recurso a cartões de débito ou de crédito que nem sequer possuem, privando-os de bens de primeira necessidade.

No plano interno, o incansável esforço da Autoridade da Concorrência contra o cartel da Banca e o dos Seguros é algo de meritório, que não poderá abrandar, já que atinge os consumidores em geral, mas com particular intensidade os idosos, desprovidos de uma tutela especial.

As coimas de 225 milhões e de 54 milhões, respectivamente, são disso flagrante exemplo. Ponto é que as vítimas sejam restituídas aos valores de que se acham despojadas.

Eis um cacarolete de ideias centradas nos idosos, consumidores hipervulneráveis!

Presidente emérito* da **apDC – DIREITO DO CONSUMO - *Portugal*

O Preço Certo - RTP 1

Congela - TVI

RTP Açores

00:35 Biosfera T21 - Ep. 33
01:05 Nada Será Como Dante T3 - Ep. 38
01:31 Pérolas Do Oceano T18 - Ep. 25
02:03 Mulheres Que Contam T3 - Ep. 11
02:30 Abandonados - Ep. 4
03:15 Açores Hoje - Ep. 154
04:00 Telejornal Açores
04:30 Regresso Ao Palco - Ep. 34
05:33 Lusitânia - Ep. 1
06:18 O Fascínio Das Histórias - Ep. 1
07:30 Zig Zag T20 - Ep. 176
07:45 Zig Zag T20 - Ep. 177
08:00 Zig Zag T20 - Ep. 178
08:16 Histórias À Solta - Ep. 11
08:30 Exploradores Da Natureza T1 - Ep. 7
09:00 Açores Hoje - Ep. 154
10:00 RTP3 / RTP Açores
16:00 Noticias Do Atlântico - Açores
16:30 Atlântida Açores T23 - Ep. 18
18:20 Entre O Mar E A Terra T1 - Ep. 1
18:50 A Minha Geração T3 - Ep. 8
19:28 Work In Progress - Ep. 3
20:00 Telejornal Açores
20:30 Grande Entrevista T17 - Ep. 31
21:30 Os Quatro E Meia - Altice Arena

RTP1

03:01 Amor Sem Igual - Ep. 18
03:49 Televendas
04:44 As Palavras Do Mundo - Ep. 5
05:00 Zig Zag
07:00 Bom Dia Portugal Fim de Semana
09:00 Montado - O Bosque Do Lince Ibérico - Ep. 1
Existe um bosque ancestral na Península Ibérica que conserva uma biodiversidade extraordinária: é o Montado. Na Idade Média as comunidades rurais decidiram eliminar parte dos bosques que rodeavam as suas vilas de modo a evitar emboscadas por parte de invasores.
10:00 Hora dos Portugueses T10 - Ep. 30
10:45 Pôr do Sol T2 - Ep. 1
11:30 Pôr do Sol T2 - Ep. 2
11:59 Jornal da Tarde
13:15 Estrelas Ao Sábado T3 - Ep. 1
18:00 O Preço Certo
18:59 Telejornal
20:00 Missão: 100% Português T5 - Ep. 5
21:00 Joker T8 - Ep. 56
Vasco Palmeirim apresenta o JOKER, o concurso favorito dos portugueses. Um concorrente, com a ajuda de 7 Jokers e do Super Joker, responde a 12 perguntas com um só objetivo em mente: Conquistar os 50 000 euros do prémio máximo!
22:00 Em Casa d'Amália T6 - Ep. 8

RTP2

07:00 Folha de Sala
07:05 Heróis de Verde - Ep. 1
07:58 Zig Zag
07:59 Banda Zig Zag T1 - Ep. 9
08:05 Tommy, O Pequeno Dragão T2 - Ep. 11
08:10 Kiri E Lou T3 - Ep. 15
08:12 Molang T6 - Ep. 51
08:17 Gigantosaurus T2 - Ep. 39
08:28 O Diário de Alice - Ep. 10
08:32 Edmundo E Lúcia - Ep. 38
08:35 Feliz, O Ouriço T1 - Ep. 9
08:40 Feliz, O Ouriço: Picadelas T1 - Ep. 9
08:45 O Mundo Do Simão T2 - Ep. 7
08:50 Super Gualter 2.0 - Ep. 16
08:55 O Hotel Felpudo T1 - Ep. 1
09:00 Jogos Paralímpicos de Verão - Paris
12:30 Zig Zag
12:31 Os Argonautas E A Moeda De Ouro - Ep. 9
12:50 Mini Ninjas T2 - Ep. 3
13:05 Mini Ninjas T2 - Ep. 4
13:35 Boss Baby Volta A Bombar T2 - Ep. 4
13:55 Migalha Filmes - Ep. 6
14:00 Mystic T3 - Ep. 1
14:30 Mystic T3 - Ep. 2
14:55 Folha de Sala
15:00 Desporto 2
17:00 Pelos Céus - Ep. 11
18:00 Jogos Paralímpicos de Verão - Paris
21:05 Terra de Leões T1 - Ep. 6
21:30 Jornal 2
22:00 Música no Vale
23:30 Folha de Sala
23:35 Rasganço

SIC

00:05 Travessia - Ep. 251
00:45 Passadeira Vermelha T11 - Ep. 169
02:45 Televendas
04:30 Camilo, O Presidente T2 - Ep. 22
Além dos destinos da Junta, Camilo dirige também os Bombeiros Voluntários; bem como o Fanecas Sport, sendo líder da Associação dos Aplicados da Sueca, do Grupo dos Amigos da Malha, da Liga dos Industriais de Fanecas de Cima, da Rádio Central de Fanecas de Cima, do Movimento Aeroporto em Fanecas e da Frente Unida TGV, em Fanecas.
05:00 Etnias T24 - Ep. 28
05:45 Médico Da Casa T2 - Ep. 38
06:30 Caixa Mágica - Caminhos De Portugal T1 - Ep. 7
08:15 Alô Marco Paulo (Especiais) T4 - Ep. 18
11:00 Nosso Mundo
12:00 Primeiro Jornal
13:15 Alta Definição T6 - Ep. 23
14:00 E-Especial T6 - Ep. 32
14:45 Alô Marco Paulo T4 - Ep. 24
18:15 Não há Crise! T15 - Ep. 16
18:30 Não há Crise! T15 - Ep. 17
18:45 Não há Crise! T15 - Ep. 18
19:00 Jornal Da Noite
21:45 Parece Impossível T1 - Ep. 6
22:45 All You Need Is Love T4 - Ep. 5

TVI

00:30 Sedução - Ep. 13
03:15 TV Shop
04:30 Os Batanetes
04:50 As Aventuras Do Gato Das Botas
05:15 Detective Maravilhas
06:00 Diário Da Manhã
09:15 Em Família
11:10 Ganha Já
11:58 TVI Jornal
13:00 A Sentença
Perante casos impetuosos que poderiam ser retirados da vida real, em cada episódio é apresentada uma nova situação, proporcionando debates intensos e análises cuidadosas das evidências e testemunhos. Nesta sala de tribunal, o juiz vai deliberar, com base no código penal, quem é culpado e quem é inocente.
14:00 Em Família
16:50 Dilema: Última Hora
18:10 Dilema: Diário
18:57 Jornal Nacional
20:45 Congela
Com apresentação de Pedro Teixeira, conta com Ana Sofia Martins, Bruno de Carvalho, Diogo Amaral, Gabriela Barros, Manuel Marques, Matilde Breyner, Raquel Tillo, Sara Prata e Tiago Teotónio Pereira como concorrentes. O objetivo é permanecerem imóveis durante os vários desafios onde têm que suportar qualquer desconforto ou vontade de rir.
22:45 Dilema: Extra Especial

Qualquer alteração à programação que publicamos é da responsabilidade das respectivas estações

signos

Astrólogo Luís Moniz

site: http://meiodoceu-com-sapo-pt.webnode.pt

CARNEIRO (21/03 a 20/04)

Provavelmente agora necessita de colocar a vida em ordem. Nesta perspetiva, procure liderar a sua vida e tente tomar iniciativas muito corajosas.

BALANÇA (23/09 a 23/10)

Atravessa um período particularmente protegido, que lhe pode trazer excelentes surpresas. Pode surgir a oportunidade de fazer viagens de lazer.

TOURO (21/04 a 20/05)

É provável que tenha de enfrentar mudanças profissionais, mas a sua força de vontade é determinante para superar eventuais obstáculos e desafios.

ESCORPIÃO (24/10 a 21/11)

A sua capacidade de estratégia está bastante sublinhada e tudo indica que vai conseguir manter o controlo das suas ações, mas dê o melhor de si.

GÉMEOS (21/05 a 20/06)

Prevêem-se surpresas e acontecimentos maravilhosos na sua vida. Trata-se de uma nova época de expansão, que lhe vai proporcionar muitas benesses.

SAGITÁRIO (22/11 a 20/12)

A conjuntura é ideal para concretizar os seus sonhos. Todavia, afaste ilusões sem perder o seu forte otimismo que beneficia imenso a sua atuação.

CARANGUEJO (21/06 a 22/07)

No amor, aproveite a maior facilidade de expressão dos seus sentimentos para ultrapassar quaisquer problemas que prejudiquem o ambiente familiar.

CAPRICÓRNIO (21/12 a 19/01)

É a altura oportuna para corrigir os seus comportamentos rígidos, que impedem o desenvolvimento de relacionamentos mais produtivos e duradoiros.

LEÃO (23/07 a 22/08)

Durante esta fase em que sente dificuldade de levar por diante a sua atividade sexual, altere os seus hábitos e escute o outro elemento do casal.

AQUÁRIO (20/01 a 19/02)

Abre-se aqui um ciclo de renascimento. Contudo, transforme aspetos negativos em aprendizagens positivas que potenciam o seu crescimento pessoal.

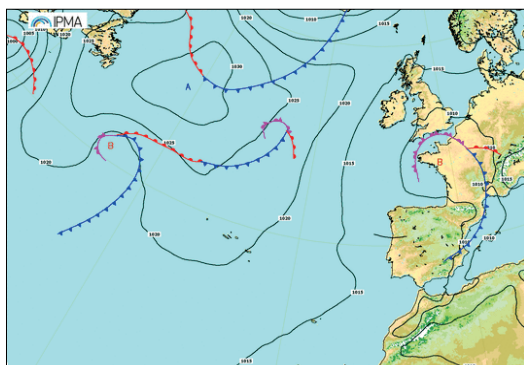
VIRGEM (23/08 a 22/09)

Surgem contrariedades relacionadas com o seu trabalho, porém confronte os seus medos e assuma plenamente a liderança dos seus projetos laborais.

PEIXES (20/02 a 20/03)

É o momento propício para desenvolver conversas repletas de significado. No entanto, não perca a objetividade e não misture a razão com a emoção.

Previsão do estado do tempo nos Açores

Agitacao Maritima
sabado 07-Set-2024 12:00 UTC
hidrografico

Informação do Instituto Português do Mar e da Atmosfera

Frente fria
Frente quente
Frente Oclusa
Frente Estacionária
A Centro de Alta Pressão
B Centro de Baixa Pressão
GRUPO OCIDENTAL

Períodos de céu muito nublado com boas abertas.
Vento do quadrante leste bonançoso (10/20 km/h).

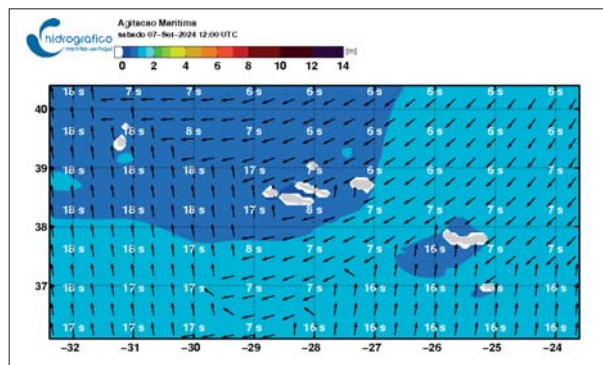
ESTADO DO MAR

Mar de pequena vaga.
Ondas leste de 1 metro, passando a nordeste.
Temperatura da água do mar: 26ºC

GRUPO CENTRAL

Períodos de céu muito nublado com boas abertas.
Aguaceiros fracos a partir da tarde.
Vento nordeste fraco a bonançoso (05/20 km/h).

ESTADO DO MAR

Mar encrespado a de pequena vaga.
Ondas nordeste de 1 metro.
Temperatura da água do mar: 26ºC

GRUPO ORIENTAL

Períodos de céu muito nublado com boas abertas.
Vento nordeste bonançoso a moderado (10/30 km/h).

ESTADO DO MAR

Mar de pequena vaga a cavado.
Ondas nordeste de 1 a 2 metros.
Temperatura da água do mar: 26ºC

ESTATUTO EDITORIAL

O Diário dos Açores é um jornal centenário de edição diária, de informação regional, independente, livre e regido por critérios de rigor.

O Diário dos Açores assume os princípios fundadores da Civilização Ocidental, perseguindo o ideal europeu.

O Diário dos Açores orienta-se pelos valores da democracia, da liberdade e do pluralismo.

O Diário dos Açores quer contribuir para uma opinião pública informada e interveniente. Valoriza a discussão franca, considerando que a existência de uma opinião pública informada é a base essencial para o exercício dinâmico da democracia.

O Diário dos Açores dirige-se a um público de todos os meios sociais e de todas as profissões.

O Diário dos Açores procurará fórmulas atrativas e pertinentes de apresentação da informação, mas dispensando o sensacionalismo.

O Diário dos Açores acompanha o processo de mudanças tecnológicas e está atento à inovação, promovendo a interação com os seus leitores.

O Diário dos Açores assume o compromisso de dar cumprimento rigoroso aos princípios deontológicos e éticos respeitantes à actividade jornalística, fazendo valer os Direitos inerentes ao livre exercício da prática informativa num Estado de Direito Democrático, sendo veículo de transmissão de opinião, desde que tal expressão não viole o cumprimento rigoroso de normas legais aplicáveis à comunicação social.

Relação financeira com Grupo SATA é assente no cumprimento de responsabilidades, afirma Governo Regional

Em comunicado, o Governo dos Açores "repudia e desmente categoricamente as afirmações de Francisco César, líder do PS/Açores, relativamente a acumulação de dívidas junto do Grupo SATA".

"É absolutamente falso que o Governo dos Açores tenha dívidas no montante de 30 milhões de euros perante o Grupo SATA", afirma.

"Aliás, a relação financeira entre o Governo dos Açores e o Grupo SATA aos dias de hoje é, porventura, a mais cumpridora e fiável de sempre. O Governo dos Açores tem cumprido exemplarmente com todos os pagamentos a todas as empresas do Grupo SATA, relativos a diferentes contratos e serviços, incluindo da prestação de serviços de transporte aéreo interilhas, a concessão de aeródromos regionais, a "Tarifa Açores" e a "Tarifa PET"", explica.

"É até bom recordar que foi a actual coligação PSD/CDS/PPM que conseguiu liquidar uma dívida de dezenas de milhões de euros que a Região tinha perante a SATA, resultando de um legado inexplicável dos governos do Partido Socialista", declara.

"Consta, inclusivamente, do relatório da Auditoria do Tribunal de Contas ao Grupo SATA 2013-2019 a evidência dos "atrasos significativos no pagamento das indemnizações compensatórias devidas à Sata Air Açores", que lesaram as contas da empresa e que determinaram um aumento das necessidades de financiamento e o consequente recurso a dívida financeira para as suprir", revela.

"Perante tudo isto, as declarações de Francisco César evidenciam uma total falta de responsabilidade e de capacidade, descredibilizando de forma bastante ostensiva a palavra de alguém com ambição política de concorrer à governação da Região Autónoma dos Açores", profere.

"A um líder exige-se credibilidade e lisura, mas também a capacidade para se informar adequadamente e analisar criticamente a informação que lhe é facultada. Das duas uma: ou Francisco César mentiu, sabendo que o Governo dos Açores nada deve à SATA, ou deixou-se enganar por aquilo que lhe disseram. Em qualquer dos casos, demonstra a sua total impreparação e incapacidade, algo que não é admissível em alguém que quer assumir o papel de líder da oposição", denuncia.

"Mais grave esta situação se torna quando este tom irresponsável e leviano é usado para falar de um grupo empresarial público que está em graves dificuldades económico-financeiras por responsabilidade dos governos do PS, alvo de um Plano de Reestruturação acordado com a Comissão Europeia, e que precisa de estabilidade para operar e de credibilidade para o relacionamento com os seus parceiros de negócio", relata.

"Não se compreende, não se aceita e não se tolera que o líder da oposição recorra a esta actuação inqualificável, pois a actividade política é uma causa nobre que exige decoro e noção da responsabilidade que se assume", finaliza.

Câmara Municipal espera visto do Tribunal de Contas para iniciar as obras no Mercado da Graça

A Câmara Municipal de Ponta Delgada já requereu novamente ao Tribunal de Contas a emissão de visto para iniciar a conclusão da empreitada de construção da cobertura do Mercado da Graça, anunciou o Presidente do Município, Pedro Nascimento Cabral.

"Num curto espaço de tempo, conseguimos atender à deliberação do Tribunal de Contas e, concluídos os procedimentos legais, já assinamos o contrato para a conclusão da obra do Mercado da Graça com a empresa Caetano e Medeiros, Lda., tendo o processo sido remetido no dia de ontem ao Tribunal de Contas para emissão do respectivo visto. A partir de hoje, o processo está novamente nas mãos do Tribunal de Contas e a Câmara Municipal está à espera do respectivo visto para arrancar com as obras", adiantou o autarca.

Recorde-se que, em Agosto, o Tribunal de Contas decidiu que o júri não deveria ter excluído a proposta da empresa Caetano e Medeiros Lda., uma das duas propostas apresentadas no concurso público, enquanto que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada considerou que a decisão de excluir a proposta daquela empresa era legal.•

Confrontada com as interpretações jurídicas contraditórias apresentadas pelos Tribunais, a Câmara Municipal decidiu reinstalar o júri do concurso para que este, num novo relatório, acolhesse integralmente os fundamentos jurídicos apresentados pelo Tribunal de Contas e atribuísse a obra à empresa Caetano & Medeiros Lda, revogando a anterior decisão de a adjudicar à Marques SA.

"Perante as deliberações do Tribunal de Contas e do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, contraditórias entre si no que diz respeito à legalidade da exclusão do concurso de um dos concorrentes, decidimos não interpor recurso para os tribunais superiores para evitar mais atrasos e finalizamos em pouco mais de duas semanas o processo de contratação pública. Estamos convencidos, agora, que o Tribunal de Contas vai ser célere na emissão do visto, porque não restem dúvidas que o que mais queremos é terminar rapidamente com as obras do Mercado da Graça para o devolver aos comerciantes e aos cidadãos que o frequentam", garantiu Pedro Nascimento Cabral.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada fez ainda questão de recordar que, no passado dia 2 de Setembro, foi dado início ao processo de indemnização dos comerciantes do Mercado da Graça e frisou que a autarquia tem acompanhado de forma próxima, solidária e activa todas aquelas que têm sido as suas pretensões.

"Estamos ao lado dos comerciantes desde o primeiro momento. Recordo que a Câmara Municipal apresentou a proposta para que o Mercado se instalasse no Pavilhão do Mar, tendo os comerciantes rejeitado essa opção. A pedido dos comerciantes, a autarquia procedeu a investimentos significativos para melhorar as condições do parque onde decidiram permanecer, bem como na capacidade de estacionamento junto ao local", referiu.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada recordou ainda que, no entretanto, o executivo camarário manteve "reuniões periódicas" com os comerciantes e que a todos fez chegar o projecto de regulamento referente à atribuição de indemnizações durante o período de audiência prévia.

"Recebemos sugestões por parte de apenas três comerciantes, o que veio confirmar que a esmagadora maioria dos comerciantes não se opôs nem requereu qualquer alteração ao projecto de regulamento de indemnização, que acabou por ser aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal e por larga maioria na Assembleia Municipal de Ponta Delgada", sustentou.

Por fim, Pedro Nascimento Cabral quis voltar a dar nota de que, na elaboração do regulamento de indemnização aos comerciantes do Mercado da Graça, a autarquia teve por referência os critérios utilizados pela Câmara Municipal do Porto, no caso do Mercado do Bulhão, definindo a compensação financeira a atribuir através da quebra comprovada de rendimentos.

Últimas

Sexta medalha: judoca Djibrilo Iafa conquista bronze em -73 kg J1

O judoca português Djibrilo Iafa conquistou, ontem, a medalha de bronze no torneio de -73 kg J1 (cegos totais), a sexta da comitiva portuguesa nos Jogos Paralímpicos de Paris.

No segundo combate pela medalha de bronze, Djibrilo Iafa derrotou o brasileiro Harley Arruda por wazaari.

Esta é a sexta medalha para Portugal nas Paralimpíadas, depois dos ouros de Cristina Gonçalves (boccia) e Miguel Monteiro (atletismo) e dos bronzes de Diogo Cancela (natação) e Luís Costa (ciclismo de estrada).

Com as seis medalhas alcançadas, duas delas de ouro, esta é já a melhor participação portuguesa em Jogos Paralímpicos desde Atenas 2004, edição na qual os atletas lusos conquistaram duas medalhas de ouro, cinco de prata e cinco de bronze.

Presidente da Ucrânia pede mais armas

Mais armas. É o apelo do presidente da Ucrânia dirigido aos países aliados. Na base aérea de Ramstein na Alemanha, onde decorreu, ontem, uma reunião de ministros da Defesa, Volodymyr Zelensky foi directo ao assunto e pediu um reforço da capacidade militar, de forma a conter os ataques da Rússia.

Volodymy Zelensky pediu aos aliados para que levantem as restrições, em relação ao uso de armas de longo alcance, de forma a permitir ataque no território da Rússia.

Os EUA anunciaram o reforço da ajuda militar no valor de 250 milhões de dólares.

Por sua vez, o Reino Unido anunciou, ontem, um contrato de 162 milhões de libras para o envio de 650 mísseis ligeiros multifuncionais de curto alcance.

Esta semana, Berlim já tinha confirmado a entrega de oito novos sistemas de defesa aérea até 2025.